

## Relato de investigação nas escolas do campo no município de Piraquara-PR

### Resumo

Este trabalho problematiza a identidade dos sujeitos do campo e as práticas pedagógicas de 09 escolas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), todas localizadas no campo na região Metropolitana de Curitiba, Piraquara- Paraná. Percebe-se que as discussões acerca da educação do campo estão presentes nos movimentos sociais que lutam por uma educação mais digna e voltada à formação humana e que só será possível através do diálogo e envolvimento da própria comunidade nessa (re) construção. Para este estudo, o suporte teórico foi desenvolvido a partir de autores como: Arroyo; Caldart; Souza; Freire entre outros. As técnicas utilizadas para coletas de dados foram: Observação nas escolas, análise documental, entrevista com os profissionais, e estudos teóricos a respeito da temática. Há um novo despertar das pessoas envolvidas constituindo novos olhares e interesses por uma educação do campo, reconhecendo a própria identidade muitas vezes esquecida. Torna-se necessário o diálogo coletivo valorizando as raízes que os sujeitos trazem consigo a materialidade do campo, os gestos, a memória, os saberes constituídos socialmente de um povo que luta e resiste a tantas contradições existentes na sociedade.

**Palavras-chave:** Identidade. Educação do campo. Ensino Fundamental

**Gilmara Cristine Back**  
Faculdade FAPI  
gilmaraaback@hotmail.com

## Introdução

Este trabalho problematiza a relatos de investigação referente a educação do campo, trazendo discussões entre a educação do campo e a educação rural, refletindo sobre a questão do ensino e aprendizagem nas escolas localizadas no campo no Município de Piraquara. O objetivo central é compreender a concepção da educação do campo, valorizando os aspectos relacionados ao trabalho, a cultura, o modo de vida dos sujeitos e as contradições que existem entre a educação do campo e a educação rural e de que forma essas contradições estão presentes nesses espaços. Como mudar a visão de um sistema capitalista e perverso que não respeita a diversidade do campo? Como constituir um novo (re) pensar diante das fragilidades e marginalidade que os povos do campo vêm resistindo? Como buscar os direitos, a dignidade e a luta por uma educação do campo? São desafios postos, mas não impossíveis de serem conquistados.

Percebe-se que as discussões acerca da educação do campo estão presentes nos movimentos sociais que lutam por uma educação mais digna e voltada à formação humana. Compreendemos que os desafios são constantes, assim é necessário lutar para (re) constituir-se de fato uma educação do campo, refletindo sobre o paradigma de uma educação rural, resistindo em meio às contradições presentes no cotidiano, que será possível a partir do envolvimento da própria comunidade nessa (re) construção.

Com a chegada do Observatório da Educação nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, há um diálogo e um interesse por parte dos docentes, diretores e coordenadores da escola acerca da educação do campo.

O trabalho está estruturado em três partes: A primeira discute sobre a Educação do Campo e a Educação Rural; A segunda traz a Identidade das escolas do campo; A terceira aborda sobre as práticas pedagógicas nove escolas pesquisadas e por fim as considerações finais.

## Educação do campo e educação rural

Segundo Souza (2011, p. 88) é possível perceber claramente as diferenças entre as duas práticas político-educacionais construídas em períodos históricos diferentes e

atendendo às ideologias opostas. “A educação do campo vem sendo construída nos últimos anos pelos trabalhadores, tendo como marco referencial a década de 1990, encontros e conferências realizadas pelos povos do campo a partir de 1997.” A educação rural foi construída na primeira metade do século XX, com debates sobre o atraso do Brasil e a relação do subdesenvolvimento com o analfabetismo.

Algumas características são destacadas à educação do Campo como a identidade com a sociedade e as lutas dos povos do campo e a gestão democrática da escola com a participação da comunidade.

Souza (2011) ao escrever sobre a transformação da escola rural destaca que só é possível se for realizada através da “esfera pública que conjuga o interesse da sociedade civil organizada, particularmente dos trabalhadores do campo, com deveres e intenção político-social governamental.” (p. 28)

No que se refere à Educação Rural, Souza (2011, p. 89) cita ainda os “aspectos característicos destacando o distanciamento entre os conteúdos escolares e a prática social e o urbanismo como referência nos materiais didáticos e a organização do trabalho pedagógico.”

O ruralismo pedagógico definido por Souza (2011) como uma corrente de pensamento na esfera educacional que se dedica (re) pensar a educação do homem do campo, com a intenção de contribuir para a fixação no campo e para superar o atraso dos pais, que, os educadores entendiam à época, seria oriundo do analfabetismo e baixa escolaridade da população, se caracteriza como um movimento de pensadores da educação voltados a defender uma escola articulada à situação local e com o intuito de fixar o homem do campo.

Segundo Carvalho (1997, p. 12) “O período denominado de República Velha, de 1889 a 1930”, é marcado pelo domínio das elites agrárias que se revezavam no poder e que tinham como características políticas um acentuado arcaísmo político, que se traduzia em eleições de fachada e que permaneceu até o fim do século XIX, com a Proclamação da República. Começa então a forte marca do coronelismo no ambiente

rural. Política adotada pelos grandes latifundiários e coronéis que sobrepunham o seu poder de mando diante de seus rivais e seus dependentes.

A educação do campo configura-se como um movimento nacional, como expressa Munarim (2008), com as seguintes características: Trata-se, portanto, de um reconhecimento que extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais, a formação integral e especialmente o trabalho na terra. A educação rural, historicamente movida por decisões de técnicos e com forte influência das cidades, é indagada pelo movimento da educação do campo. O que os povos organizados reivindicam é uma educação construída a partir das necessidades deles; da valorização da identidade e da cultura, e acima de tudo uma educação comprometida com a transformação social, com uma concepção de campo como lugar de trabalho e de vida e com uma concepção emancipatória de educação.

No Brasil, o ruralismo pedagógico, através da educação tinha como intuito beneficiar a imensa maioria da população que vivia no campo e que em 1900 totalizava aproximadamente 90% de toda a população brasileira, que ainda sofria com os altos índices de analfabetismo.

Intelectuais e educadores em geral da escola pública aderiram ao movimento ruralista com o objetivo de determinar formas de ação pedagógicas no campo, buscando sanar, por intermédio da educação, o êxodo rural e contribuir para a fixação do homem a terra, uma vez que a urbanização articulava-se como processo cada vez mais acelerado e uma pedagogia própria para essa realidade, com o auxílio de uma formação específica do professor voltada para a vida no campo que deveria ser intimamente ligada ao mundo do trabalho. (NETO, 2003, p. 11)

A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no ano de 2002, revela uma dessas conquistas. Uma sequência de ações foram desencadeadas a partir daí, a exemplo da aprovação das diretrizes complementares no ano de 2008; da aprovação da educação do campo como política de Estado em 2010; da criação de fóruns e comitês estaduais de educação, bem como diretrizes e resoluções estaduais. A Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002, em seu artigo 2º, Parágrafo único diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (p. 2)

No Brasil, o ruralismo pedagógico, através da educação tinha como intuito beneficiar a imensa maioria da população que vivia no campo e que em 1900 totalizava aproximadamente 90% de toda a população brasileira, que ainda sofria com os altos índices de analfabetismo.

Os ruralistas buscavam mudanças na realidade nacional com o intuito de fixar o homem do campo no seu habitat natural, através de uma educação pragmática que contemple todas as necessidades do meio rural. Procura-se através dessa educação específica para esse meio, “qualificar a mão de obra dos camponeses resolvendo alguns problemas como a escassez de trabalhadores na lavoura, pois se supunha que através da educação recebida não haveria a necessidade de o camponês migrar para a cidade”. (MENNUCCI, 1946, p. 89)

Para Neto (2003) uma preocupação fundamental dos ruralistas ligava-se às demandas de um pensamento nacionalista, bastante forte no período, o que punha no primeiro plano uma tentativa de resgate da nacionalidade do país através de um projeto pedagógico específico para o campo. A luta pela defesa nacionalista era constante na fala dos ruralistas e preconizava um país menos fascinado pela modernidade representada na figura dos estrangeiros vindos, sobretudo, da Europa, e que se voltasse a, partir de então, a enxergar os reais problemas do Brasil e suas soluções.

A intenção dos educadores ruralistas era proporcionar às escolas do campo a sua nacionalização, com o estudo da História, da Geografia, da Literatura nacional. Para que isso ocorresse, no entanto, a lei não deveria permitir o funcionamento de escolas estrangeiras, pois esse favorecimento se tornava um problema no ensino nacional.

A Educação do Campo e a Educação rural são duas práticas políticos-educacionais construídas em períodos históricos diferentes e atendendo a ideologias opostas segundo

Souza (2011) que também traz em suas pesquisas as diferenças entre educação do campo e educação rural sendo que a principal característica que difere as duas práticas na visão da estudiosa está relacionada às discussões de autores e pesquisadores trazendo à educação Rural referências políticas públicas, programas governamentais, formação dos docentes e precariedade das condições do trabalho pedagógico e infraestrutura inadequada.

Já em relação à educação do Campo, essa é discutida segundo proposições dos movimentos sociais de trabalhadores do campo, que reivindicam uma educação dos povos do campo, que valorize sua cultura e contribua para a formação humana, mediante o trabalho com o conhecimento construído historicamente. A educação do campo vem sendo alvo de discussões que reivindicam uma educação respeitando seus saberes e o modo de ser e de viver, contribuindo para a formação humana diante dos conhecimentos construídos socialmente.

A pesquisadora Souza (2011, p. 32) ressalta que as características da educação e escola do campo apresentam três aspectos:

- 1) A valorização da identidade construída no contexto dos movimentos sociais;
- 2) A organização do trabalho pedagógico que tem como objetivo a valorização do trabalho, da cultura identidade dos sujeitos do campo;
- 3) A participação da comunidade escolar na Gestão Democrática da instituição escolar;

A mesma autora supracitada ao abordar sobre a escola rural versus educação do campo apresenta três aspectos da escola rural, são eles:

- 1) Ha um distanciamento entre a prática social e os conteúdos curriculares;
- 2) Uma centralidade nos materiais didáticos que valorizam o urbano e desprezam o rural;
- 3) A organização do trabalho pedagógico é marcada pelas questões burocráticas.

A educação do campo defende uma concepção voltada para as questões socioculturais numa visão problematizadora, conforme Paulo Freire descreve sobre a educação, enquanto que a Educação rural esta vinculada a uma educação bancária onde sujeitos apenas são depositários das informações.

Na construção de uma proposta para a Educação do Campo, é indispensável a reflexão do que significa campo, educação e escola. Do mesmo modo, é fundamental uma análise sobre os diversos trabalhadores do campo brasileiro. Conforme menciona Arroyo (2010), algumas das matrizes pedagógicas da educação do campo são: trabalho, terra, cultura, vivência da opressão e os movimentos sociais.

### Identidade das escolas do campo investigadas

As escolas pesquisadas, serão identificadas como: Escola 1, Escola 2, Escola 3, Escola 4, Escola 5, Escola 6, Escola 7, Escola 8 e Escola 9. O Município de Piraquara conta com 9 escolas<sup>1</sup>, localizadas no Campo que ofertam o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos de idade.

A educação no município de Piraquara, assim como no restante de outros municípios pesquisados vêm expandindo-se e ganhando espaços em torno de adquirir docentes com formação, garantir políticas públicas que venham de encontro com a necessidade de cada bairro dentro do município, melhoramento de equipamentos tecnológicos e imobiliários, garantindo oportunidades de estudos para todos os alunos em idade escolar entre outros. O município obteve vários avanços tais como a (re) construção coletiva da Proposta Curricular; eleição para diretores; construção, ampliação e adequação do espaço físico, programa de formação continuada a todos os funcionários; Projeto Especial de Alfabetização (atendimento em contra turno aos alunos multirrepetentes); concursos públicos para suprir a falta de docentes. Mas ainda, enfrenta alguns problemas, dentre esses o crescimento da demanda, que muitas vezes não é atendida com qualidade, falta de docentes, funcionários, ampliação de algumas escolas, índices de reprovação, que são maiores na 1º ano e em relação ao atendimento da demanda, isto foi ainda mais preocupante em 2008, quando todas as crianças que completaram 6 anos deveriam ser atendidas no 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos.

---

<sup>1</sup> O nome das escolas pesquisadas não foi mencionado para preservar a identidade das instituições de ensino.



O Ensino Fundamental (com duração de 9 anos) é seriado<sup>2</sup>, sendo que para o 1º ano do Ensino Fundamental com duração de 9 anos a promoção para o segundo ano será automática, desde que o aluno tenha frequência igual ou superior a 75%. Para as demais e anos haverá promoção ou retenção através do sistema de notas.

Caracterizando as instituições temos:

Escola 1: Com relação ao trabalho dos docentes alguns ainda encontram dificuldades em trabalhar de acordo com a Proposta Curricular Municipal, no entanto já estamos notando progresso em relação ao ano anterior, pois os mesmos vêm demonstrando maior interesse em qualificar-se, através de cursos de formação continuada promovido pela mantenedora, bem como na hora atividade.

Escola 2: A partir dos dados coletados pode-se observar que os docentes possuem dificuldades para ir a escola trabalhar, difícil acesso, estradas mal conservadas, horários de ônibus precário, reclamam de diversos problemas de ordem econômica, distribuição de valores sendo substituídos por outros chamados “modernos”, falta de informação, entre outros.

Escola 3: Possui várias reclamações dos docentes, principalmente quando questionados sobre a valorização profissional e ambiente escolar.

Escola 4: A escola recebe alunos de várias localidades devido a esta rotatividade. “Uma realidade encontrada nesta região é que muitos de nossos alunos ficam sozinhos ou na companhia de irmãos mais velhos ou até mesmo sob o olhar de vizinhos, o que implica muitas vezes no insucesso escolar do aluno.”(fala da diretora da escola). Como princípio educativo, essa instituição segue as exigências dos documentos vigentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, tendo por objetivo constituir-se em uma escola que propõe atender os alunos e suas necessidades básicas, respeitando as suas diferenças e cultura própria do local em que estão inseridos.

Escola 5: Os docentes reclamam da falta de atenção por parte dos pais e autoridades e relação a segurança. A instituição apresenta algumas problemáticas

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário Michaelis seriado significa que se seriou; disposto em séries. <sup>2</sup> Que segue em certa ordem. <sup>3</sup> Que pertence a uma série.



preocupantes, uma delas é o Projeto Político Pedagógico que não foi construído coletivamente, sem a participação dos profissionais da escola, da comunidade, etc., foi realizado as pressas para cumprir prazos, além do mais foi realizado por outras pessoas. Começamos um trabalho coletivo com encontros mensalmente para estudos e discussões, e o Projeto Político Pedagógico já está em fase final de reconstrução, sendo feito coletivamente e com a participação de todos inclusive da comunidade.

Escola 6: Constatamos inúmeras práticas e projetos escolares que precisam de um novo olhar, práticas pedagógicas fragmentadas e descontextualizadas da realidade social dos sujeitos. Alguns profissionais valorizam muito os exercícios da prova Brasil para os alunos 5º ano, todos mecanizados. A biblioteca da instituição apresenta fragilidades com inúmeros livros didáticos e poucos livros de literatura, dicionários, o local funciona como um depósito de materiais inutilizados, a funcionária que trabalha no local é uma profissional afastada da função, etc...

Escola 7: Atualmente a escola atende 101 alunos e conta com oito funcionários, entre eles: docentes, direção, agentes operacionais e uma coordenadora pedagógica itinerante. O fato de ter uma coordenadora pedagógica itinerante segundo os professores deixa o trabalho vago e muitas vezes prejudicado.

Escola 8: Quanto aos principais problemas existentes na escola, os funcionários e professores apontaram: indisciplina (agressividade e falta de respeito); desinteresse de alguns alunos; turmas superlotadas; falta de estrutura física; ausência de alguns pais; reprovação; alunos que utilizam o transporte escolar que precisam aguardar o ônibus no pátio da escola por um longo tempo.

Escola 9: Os problemas existentes na escola levantados pelos docentes foram: defasagem de conteúdos, espaço físico, falta de projeto de alfabetização, qualidade livros didáticos enviados pelo governo, descaso dos pais com os próprios filhos, cobertura da quadra esportiva, falta de pintura da escola, troca de permanência constante. Já os aspectos positivos levantados foram: Troca de experiências, ambiente descontraído, companheirismo, gestão democrática, organização em geral da escola, higiene e limpeza, assembleia com os pais e reuniões por ano.

Outra preocupação da instituição é referente às práticas de alfabetização e letramento, muitos profissionais tinham dificuldades em desenvolver atividades que contemplasse uma perspectiva de alfabetizar letrando. Foi um trabalho intenso e em longo prazo na qual íamos para a escola a 15 dias levando textos, jornais, tendo momento de discussões, proposições de atividades etc... para posteriormente os docentes trabalharem em sala de aula. Estivemos muitos resultados como podemos observar através dos relatos abaixo.

Aproveitando que o preço do tomate está alto, eu comecei conversar com os alunos, e daí perguntei pra eles assim: Quem aqui na sala os seus pais trabalham com a agricultura, com o plantio? Ficaram quietos, ninguém respondeu. Eu insisti no assunto: Pessoal, o meu marido trabalha no campo, cultiva vários produtos, inclusive o tomate, moramos numa casa simples aqui perto. Daí os alunos começaram a levantar a mão: “O meu planta também, professora...”. (Fala da professora do 3º ano)

Percebemos que os docentes começaram a trabalhar textos em sala de aula de sua própria produção sobre o espaço rural, as suas principais culturas, a importância das atividades do espaço rural, entre outros.

Caldart (2008) afirma que “não é possível pensar/fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a práxis social.”

Corroborando com Caldart (2008) quando ressalta que a educação do campo é uma superação de um projeto utópico, na qual projetamos outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo versus cidade, de educação, de instituição escolar: A perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

### **(Re) pensando a identidade e as práticas pedagógicas das escolas do campo**

Percebe-se que nos municípios pesquisados pouco aborda a identidade dos sujeitos do campo, as práticas pedagógicas são distantes do contexto social, apresentando no dia a dia de sala de aula atividades fragmentadas e descontextualizadas. Constata-se também que os Projetos Político Pedagógico apresentam fragilidades no que

tange à identidade dos sujeitos do campo, sendo elaborados sem a participação coletiva da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários, etc...) o qual foi constituindo sem o debate relacionado aos aspectos indenitários dos povos do campo.

Constata-se que os docentes privilegiam muito as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e que raramente abordam em suas aulas a diversidade cultural e a valorização da identidade. Observa-se uma grande fragilidade, mas há também um grande interesse e desejo de efetivar mudanças no qual o grupo passa a ser protagonista nesse processo.

Na concepção dos coordenadores pedagógicos e dos docentes a visão tradicional ainda prevalece, onde muitos insistem e resistem a essa forma e concepção de ensino e aprendizagem, sem uma reflexão crítica dos assuntos abordados e distantes do contexto social.

Parafraseando o renomado Freire (1992, p. 28) nos processos educativos só “aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em aprendido [...] as situações existenciais concretas”. Concordando com o educador, se valorizarmos o contexto das experiências sociais, o envolvimento de todos das instituições escolares para refletir e discutir acerca desta realidade concreta consequentemente estaremos (re) pensando acerca dos processos de transformações desta realidade, buscando assim meios para melhorar o processo educativo.

### Considerações finais

Constata-se que os processos educativos em sua maioria são muito distantes da realidade dos sujeitos do campo, na qual as práticas educativas estão descontextualizadas e fragmentadas. Nesse sentido, é preciso olhar o aluno como o sujeito histórico do processo educativo, através de um (re) pensar para a formação humana buscando a emancipação e libertação descrita nos estudos de Paulo Freire.

A maioria das instituições escolas não vê a diversidade como ponto positivo e ignora as diferenças, trabalhando coletivamente os mesmos valores, tentando padronizá-los, não levando em conta as características sociais e culturais de cada indivíduo.

Através das pesquisas levantadas pelo observatório da educação as escolas são marcadas por uma educação ainda rural privilegiando um currículo baseado nas relações urbanocêntricas, sem valorizar a identidade e cultura dos povos do campo, as escolas municipais do campo estão marcadas por um ensino que valoriza os aspectos educacionais voltados para uma educação urbanocêntrica e as práticas pedagógicas são descontextualizadas e fragmentadas, sem a valorização da identidade e a cultura dos povos do campo.

Verifica-se que após o contato com o Projeto do Observatório, despertou o interesse dos profissionais das instituições pesquisadas, mobilizando-os para a discussão e reflexões acerca da educação do campo buscando a melhoria no processo de ensino aprendizagem partindo de um contexto social.

Educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo é o essencial para a vida das gerações e das futuras. Por isso, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos.

A educação que propomos recria o campo, porque é através dela que se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, possibilitando a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente.

## Referências

ARROYO, M. G. Prefácio In: KOLLING, E J.; NELLY, Ir;; MOLINA, M. C. **Por uma Educação básica do campo**. Vol.1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999. p. 105 - 149.

ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. As matrizes pedagógicas da educação do campo na perspectiva da luta de classes. **Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. Vol.1. Curitiba: UFPR, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 147-158.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas - Educação**. 1ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.

CARVALHO, J. M. de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 set. 2009.

PAULO, F. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MENNUCCI, S. A crise brasileira de educação. São Paulo: Oficinas Gráficas dos irmãos Ferraz, 1946.

MUNARIM, A. **Movimento nacional de educação do campo**: uma Trajetória em construção. UFSC. GT-03: Movimentos Sociais e Educação. 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244-Int.pdf>. Acesso em 26 de set. de 2013.

NETO, B. I. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2003.

PIRAQUARA. **Projeto Político Pedagógico das Escolas Rurais Municipais**. Piraquara-Pr. Secretaria Municipal de Educação, 2011.

SOUZA, M. A. de. **Fundamentos Teóricos metodológicos da educação do Campo**. Ponta Grossa. UEPG, 2011.

\_\_\_\_\_, M. A. de. A educação é do campo no estado do Paraná? In: SOUZA, M. A. de (org). **Práticas no/do campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.